

GOLIAS E DAVI: CIÊNCIAS HUMANAS *VERSUS* CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

*Nilo Henrique Neves dos Reis**

RESUMO: A história da humanidade tem repetidamente mostrado que um egoísmo silencioso apenas espera a oportunidade para se manifestar. Seja no plano político, seja nas questões éticas que envolvem pesquisas com seres humanos, é significativo apontar que a busca de novos conhecimentos científicos não pode prescindir de uma ética responsável nas suas próprias atividades. E se as ciências, sejam as biomédicas, sejam as de humanidades, transformam participantes das investigações em objetos de seus experimentos, por suas especificidades científicas, então não restará muita coisa para fazer com as sobras das pesquisas. Discussões acerca da reflexão ética são imprescindíveis, motivo pelo qual o controle social da pesquisa com seres humanos, é parte constituinte que assegura os direitos e deveres dos participantes e pesquisadores envolvidos na investigação científica.

PALAVRAS-CHAVE: Ética, pesquisa, conflitos, ciências, biomédicas, humanidades.

GOLIATH AND DAVID: HUMAN SCIENCES VERSUS BIOMEDICAL SCIENCES

ABSTRACT: Human history has repeatedly shown that a silent selfishness awaits only an opportunity to manifest itself. Regardless of whether it is at the political level or in ethical questions involving research with human beings, it is meaningful to point out that the search for new scientific knowledge cannot do without responsible ethics in its own activities. And if sciences, whether biomedical or humanities, turn research participants into objects of their experiments, because of their scientific specificities, then there will not be much left to do with the leftovers of the research. Discussions on ethical thinking are essential, which is why social control of research with human beings is a constituent part that ensures the rights and duties of participants and researchers involved in scientific research.

KEYWORDS: Ethics, research, conflicts, sciences, biomedical, humanities.

* Professor Titular (PLENO) de Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana. Membro de CEPs da UEFS, da Faculdade de Medicina e do Instituto de Ciências da Saúde da UFBA e da Comissão Nacional de Ética (CONEP).
E-mail: niloreis@uefs.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8638-2385>

Dedicado às cientistas Eliana Elisa de Souza e Azevedo e Maria Glória Sampaio Gomes, e à filósofa das ciências Elyana Barbosa.

Objetivos a serem alcançados: Espera-se suscitar a reflexão ética na atividade científica que envolve seres humanos, respeitando a nova percepção da vida trazida pela Constituição Federal. Com esse ato, o respeito à dignidade da pessoa humana passa a ser o centro das futuras investigações a serem realizadas, o que permitirá o amadurecimento ético da comunidade científica. Além disto, espera-se fomentar o debate de um *ethos* capaz de conviver com a pluralidade de opiniões culturais e condizente com o efetivo significado da cidadania, com cidadãos e pesquisadores críticos e éticos envolvidos no controle social da atividade em ciência.

Metodologia: Sem desmerecer a tradição metodológica dos artigos resultantes de pesquisas científicas, como este escrito se encaixa no gênero ensaio (que busca verificar se um juízo convém ou não ao que se destina) e tem como objetivo ponderar acerca das críticas e conduta ética da prática científica sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana a partir da chave de que o avanço das ciências e da tecnologia só deve ocorrer com envolvimento ético, far-se-á um estudo de abordagem das perspectivas contrárias ao controle social, utilizando a técnica de análise do discurso para a compreensão das posições que entendem os CEPs (Comitês de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos) como algo que limita a liberdade do cientista. Com vista a moldar um quadro meditativo, possibilitando ao investigador dimensionar sua atividade no tocante à ética, *pari passu* com a legislação vigente das pesquisas, procurar-se-á estimular a reflexão ética além do que demarcam as leis, buscando um compromisso com a percepção da vida que excede a simples imposição das normas. Neste sentido, nos concentraremos em levantar o fim concebido para as ciências e depois mostrar um acervo de danosas experimentações científicas das áreas de humanas que não priorizaram o respeito da ponderação ética, procurando entender os aspectos culturais e como as épocas pretéritas lidaram com a moral imposta pelas instituições e ética (ato ético de pensar criticamente sobre a moral vigente).

Introdução

Golias parou e bradou às tropas de Israel: "Por que saístes para guerrear? Não sou eu filisteu e vós servos de Saul? Escolhei entre vós um homem, e venha ele lutar comigo" (1 Samuel 17:8, p. 558).

Golias em sua armadura, de pé, diante dos dois exércitos, lança o desafio para o combate mortal, mas Davi sequer aparece. Golias aguarda seu oponente como se fosse um Narciso contemplando a própria peça metálica que protege seu corpo; no entanto, Davi não aparece. Saul, preocupado com os ritos da guerra, espera que o pequeno Davi use seus trajes reais de combatente; porém, estes eram muito pesados para quem tem um corpo leve, e principalmente: Davi não desejava lutar contra a arrogância do experiente guerreiro, que só queria eliminar seu adversário, ainda que não soubesse quem era. Os gladiadores, como Golias, têm um estilo de vida que os coloca em estado de prontidão, dispostos a engalfinhar-se a qualquer instante, o que os leva a imaginar confrontos ininterruptos, mesmo que não haja antagonista consciente ou quem tenha aprontado a desavença.

Quando se leva a crer que todo aquele que pensa diferente é um desafeto, não há mais nada no imaginário humano que possa extinguir esta inclinação de quem deseja batalhar. Pouco importa, claro, que Davi não seja um guerreiro, que sua ação o leve para a contemplação da música, motivo pelo qual, ao girar as tiras de couro, fez com que pudesse usufruir o som produzido pela vibração rítmica da pedra girando e girando sob o impulso das tiras de couro até que as liberou para atingir a cabeça de Golias, abatendo o gigante com um acorde harmonioso e fatal. Ao se tornar herói dos judeus, despertou a ira de Saul. E Davi estava mais interessado em servi-lo como súdito do que tomar o trono; seu espírito preferia mais as melodias e danças do que contendas, mas o não limite das paixões de Saul fez com que os acontecimentos seguintes dessem um contorno inusitado à sua existência. Tivessem Golias e Saul mais prudência, sua vida teria outro destino.

Em um mundo permeado pelo fanatismo, credices e insipiência, as ciências foram simbólicas como Davi; realizando apenas sua inclinação, foram em busca do conhecimento renunciando às exigências da simples disputa; envolvendo-se nelas somente quando não havia outras oportunidades para o diálogo racional. E foi assim que, a cada passo que dava em busca do saber, elas ameaçavam os interesses da ignorância, ao final, porém, as explicações científicas substituíram as fábulas tradicionais. No mundo coevo, as ciências ocupam um lugar de destaque. Esta proeminência se deve, por um lado, às suscetíveis aplicabilidades de suas descobertas, que têm um significado indispensável para a compreensão da natureza e do próprio ser humano. Por outro lado, na procura para entender os diversos fenômenos naturais e artificiais, as ciências edificaram uma narrativa de que o progresso e o avanço da espécie humana só ocorreriam *pari passu* à livre investigação, restando claro que o uso da razão libertaria a espécie

dos grilhões da ignorância. Desse modo, como o destino do homem é sua salvação, graças às ciências, que dispõem dos meios para se alcançar esse fim, o ser humano se torna “um fim em si mesmo”, como previa Kant (p. 2007, p. 77). De acordo com Habermas (1998), a modernidade, com o projeto do Esclarecimento, trouxe a ideia de que a racionalidade presente em cada ser humano seria suficiente para organizar racionalmente a própria sociedade. Existe, desde então, um amplo acordo: o de que compete às ciências interpretar os fenômenos que circundam os humanos e, igualmente, a convicção exagerada de que esta perspectiva é a única correta, ou seja, a razão científica. E tal narrativa ganha solidez pelas aplicações úteis das ciências, o que quase exige, segundo Octávio Paz (2017, p. 86), um “fechar os olhos para as matanças, torturas, humilhações, degradações que milhões de inocentes sofreram” por conta dos “benefícios da técnica moderna”. Não foi por acaso que duas atitudes conceituais se sucederam com a interpretação científica. A primeira, que soma o avanço da técnica e de seus produtos sem se importar com uma reflexão desta organização que conecta o plano político, social e econômico, é denominada de razão instrumental. A segunda, que tem uma posição refletida e prudente acerca da hegemonia da razão instrumental que calcula e determina o sentido da vida, é chamada de razão crítica.

Com o êxito da razão instrumental ordenando todo o processo de produção mundial para atender às demandas do plano econômico, tal concepção foi tão difundida na sociedade que qualquer crítica às posições científicas é vista como duvidosa e incoerente. Eis porque as ciências conquistaram um lugar de preponderância nesta quadra do tempo.

No mundo acadêmico se costuma dividir as ciências por áreas, graças à amplitude e especificidade de sua própria investigação. Esta variável gera uma política de incentivos entre elas que afirma um poder maior da corrente mais próxima da tecnização do mundo do que das ciências humanas, na crença de que aquelas atendem mais rapidamente aos interesses do mercado. No entanto, todas desfrutam do *status* de conhecimento científico. A luta por mais verbas e reconhecimento também acontece no universo acadêmico, ao passo que não se deve compará-las, aos olhos dos cientistas, muito menos cotejá-las com o conhecimento filosófico, religioso e do senso comum. A academia não resiste à pressão do mercado, motivo pelo qual os operadores das ciências tentam mostrar que o desempenho delas é que garante a estrutura organizada de nossa época. E graças ao uso das aplicações técnicas, fruto das pesquisas científicas, distingue-se claramente que as outras formas de saber insistem em iludir acerca dos fenômenos do mundo.

A referida distinção começou quando Francis Bacon publicou, em 1620, o *Novum Organum*. Para ele, todos que não interpretavam a natureza com o intuito de conhecer o saber das causas das coisas estavam apenas se precipitando diante dos fenômenos. Era indispensável observar, entender a estrutura e a lei que regem os fenômenos, com o uso de hipóteses provisórias, e seguir confirmando e negando hipóteses, tudo com o emprego do método científico. Muitos não só se impressionaram com a perspectiva baconiana, como decidiram seguir com este expediente em inúmeros estudos. Basta dizer que, de lá até

aqui, ciência é só aquilo que está envolto do método científico, o que é, sem dúvida, o termômetro significativo do saber válido. O que não se encaixa neste padrão pode ser traduzido por não científico. O encontro das obras de Bacon com as de Galileu disparou a corrida de cada saber para se tornar científico. Mas foi graças ao *Curso de Filosofia positiva* (1983) e ao *Discurso sobre o espírito positivo* (1990), de Auguste Comte, que se traçou a linha divisória de que os “fatos” são objetos das ciências, deixando claro que a única fonte da verdade era obtida pela experiência, devendo a observação ser o início de qualquer pesquisa científica. As ciências naturais se encaixavam melhor nesta demarcação, o que levou outras “não tão naturais” a seguir a física, no intento de obter o *status* de ciências. No decurso do tempo, aquelas que tinham como objeto de observação apenas o ser humano seguiram outras direções, o que permitiu que cada uma, com o foco em determinado aspecto dos fenômenos sociais, seguisse o passo propriamente adequado para o uso da expressão método científico.

Se é verdade que as ciências humanas têm suas especificidades, que exigem uma investigação característica, não é menos verdade que as áreas biomédicas incorrem em situação semelhante. Afinal de contas, o avanço rumo à descoberta requer uma inteligência sensível capaz de seguir na produção científica. E a história das descobertas não se contenta com achados superficiais, pelo contrário, o não conhecido exerce uma força no imaginário do investigador que busca sempre atravessar as fronteiras do desconhecido, independentemente da área de pesquisa. Afora a metáfora realce a face predominante das pesquisas científicas, uma observação mais cuidadosa revelaria que todos os humanos são prisioneiros do seu tempo, lidando com o contexto que impõe sua “realidade”, a qual precisa ser mediatizada por uma consciência para colocá-la em dúvida. Não há como eliminar as referências externas das instituições, como o fato de que vivemos na era das ciências, conforme alerta Emanuel Carneiro Leão (1991). Graças à força das ciências, não é fácil mostrar seus erros e equívocos; contudo, um olhar mais profundo de suas práticas mostra que alguns de seus operadores não estão dispostos a ceder ou debater suas perspectivas. Não há dúvidas de que há especificidades em cada área de conhecimento científico, assim como não há dúvidas de que o conhecimento gerado pelas ciências (e aqui englobo todas) determinam o sentido da verdade e do ser, conforme aponta Leão, em *Aprendendo a pensar*.

As publicações científicas no Brasil atestam que o país tem uma significativa camada de pesquisadores capazes de promover o avanço das ciências e das tecnologias, em suas mais diversas áreas. É evidente que uma política de incentivo contínuo às ciências por parte do Estado brasileiro daria um incremento considerável aos jovens que estão tomando a responsabilidade de conduzir protocolos de pesquisas. É inegável que o apoio logístico é o ponto de partida para a criação de um momento científico,

que não fique a reboque das grandes nações. Ademais, tal incentivo ampliaria nosso pensamento crítico acerca da produção científica, além da compreensão de que, vivendo em uma sociedade voltada para o mercado, com certeza, todas as coisas produzidas mantêm uma relação com este elemento. Isto resta claro quando se conhece a lógica das ciências. Não obstante, concomitantemente à força do mercado, edificou-se uma consciência coletiva de que a vida humana tem um valor em si; assim, ainda que o cálculo do mercado racionalize as complexas e dinâmicas relações sociais, o Estado diz que o ser humano tem direitos inalienáveis pelo fato de ser humano. Consciente deste ponto, foram criadas distintas instituições com o propósito de garantir esta integridade substancial, que não só fiscaliza como subordina as diferentes ações para o mencionado fim. É notório que oposições resistem ao imperativo de cuidar de outrem, às vezes, sob o pretexto de a verdade do conhecimento não dever ter limites, já que quem a busca o faz com o rigor lógico da metodologia, que, em muitas ocasiões, não pode ser compreendida pelo não especialista. Ocorre que, sob o pretexto de controlar os fenômenos, como se estes fossem um bem em si, alguns secundarizam o pressuposto do Estado democrático de direito, alicerce que se sustenta na dignidade da pessoa humana e no seu direito de participar das questões que lhes dizem respeito enquanto cidadãos. E o debate é fundamental, pois, somente com ele, sucede o ato de comunicação que estabelece a socialização das partes, conforme assinalou Habermas (1989, 1987a, 1987b, 2002). Este componente se funda à ideia de que a ética precisa ser racional, o que permitirá a boa interação social, dando as condições concretas de conviver bem uns com os outros. Em alguns casos, o especialista coloca sua perspectiva e liberdade acima das demais, o que impede qualquer possibilidade de diálogo que reforce os ideais da sociedade democrática. E se o participante da pesquisa não é tratado como um semelhante pelo pesquisador, então, ele se vê como objeto do empreendimento. Ademais, a ideia de afugentar o não-especialista do debate científico (os membros dos CEPs não se encaixam neste ponto) faz parte das metanarrativas de que o progresso, como um fim em si mesmo, exige autonomia ilimitada dos sujeitos. De acordo com os pós-modernistas, e como ilustração serve Jean-François Lyotard, em *A condição pós-moderna* (2009), este tipo de argumento não mais se sustenta em uma sociedade que transformou o conhecimento em informação, em mais um bem de consumo.

Sem qualquer prejuízo para a glória de cada especificidade das ciências, é indispensável que a produção de conhecimento científico e tecnológico esteja associada ao postulado ético do respeito à dignidade da pessoa humana. Este pressuposto é a base do Estado democrático de direito e deve coexistir com os demais direitos vigentes em todas as ocupações sociais. Esta é a noção mais enriquecedora plasmada pela história da espécie em seus diversos conflitos, e, sem exagero político, tal noção é, sem surpresa, o espírito cívico que torna a história humana digna de ser suportada, já que, enganosamente, o ser humano é a única criatura que trata seus semelhantes de modo desumano. Graças às lutas políticas e sociais, no decurso do tempo, formou-se a convenção de que a liberdade do cientista concorre com a ideia de engajamento ético; portanto, o escrutínio e a peculiaridade da pesquisa científica não poderão tornar a

ética refém da atividade realizadora de qualquer área da investigação. Desta maneira, ainda que a sociedade entenda que o plano econômico e o sucesso tecnológico são imprescindíveis para a construção do bem-estar social, estes não são, em si, o fim da sociedade, mas sim os meios pelos quais os indivíduos devem promover o desenvolvimento do país, ao tempo em que elevam as condições concretas para a fruição de uma vida mais igualitária e, assim, talvez, edificam uma comunidade em que todos possam usufruir os bens produzidos e o acesso tecnológico ocorra de forma mais equânime.

Diante do exposto, o controle social da atividade científica é um passo inevitável que não deve ser confundido com intromissão na análise lógica das técnicas científicas, nem na competência profissional do pesquisador. É preciso sublinhar que ele está comprometido com o elemento ético, pois ocorre algumas vezes, seja de modo inconsciente ou não, que ações científicas podem violar este limite. Assim, o controle não impõe limites à liberdade científica ou fere a extraordinária criatividade; ao contrário, apenas deixa claro que há outras dimensões que concorrem no exercício da atividade. Ademais, a coexistência de humanos implica a obrigação mútua de uns cuidarem dos outros. Ao trazer à lume a constatação de que há limites éticos em todo o processo científico, o controle social pontua apenas a dimensão ética porque ela é que dá o sentido da vida, independentemente de qualquer interpretação ou perspectiva do que seja o sentido dela. Não se trata de uma posição excêntrica; pelo contrário, este é o alicerce da coexistência social que se tornou um imperativo não só pelo seu valor em si, mas pelo tão abundante número de experiências científicas que ocorreram ao longo da história e que comprovam a imperiosidade de impor limites à produção em ciência sempre que seja necessário. A pesquisa deve estar intimamente associada a uma conduta ética por parte do pesquisador, já que este é um cidadão de pertencimento e de responsabilidade social. E o olhar retrospectivo ao pretérito humano ensina como os homens se conduziram no passado, e, talvez, aos que sabem da semelhança deles em todas as épocas, sabem como provavelmente agirão no futuro. Para Maquiavel (2017) e Hobbes (2008), a natureza humana é constante na busca de seus desejos. Então, por máxima cautela, a pesquisa científica não poderá prescindir de orientação ética e controle social.

Entretanto, na linha de que as pesquisas proporcionam descobertas e inovações tecnológicas para o bem-estar da humanidade, prega-se a visão romântica de que os cientistas são perfeitamente capazes e, logo, conscientes das violações éticas, não precisando de um controle externo à própria investigação. Ao se encaixar na idealização, o cientista esquece a peculiar história das ciências. E esta indica que não se deve desconsiderá-la, afinal de contas, o respectivo registro do tempo não deixa dúvida do quanto somos humanos, demasiadamente humanos. Ademais, quem pratica sua atividade com ética não se incomodará

de se submeter ao escrutínio de um controle externo com normas claras e divulgadas, sujeitas a recursos exteriores aos ‘órgãos controladores’ do controle externo. Então, se tal prática já é exercida com uma ética pessoal, não verá óbices a que outras perspectivas (que envolvem pesquisadores de variadas especialidades) se debruçam sobre o aspecto ético.

Um pouco de nossa história científica talvez seja profícuo para mostrar o quanto exemplos científicos sem o controle social da pesquisa (ou apenas sob a perspectiva do pesquisador) não tiveram o glorioso cuidado ético. Não é difícil encontrar casos de pesquisas bem intencionadas que causaram danos profundos aos participantes e indignação aos que compreenderam que o avanço científico só pode ocorrer com o engajamento ético. Em 1919, John Broadus Watson realizou experimentos para comprovar que o indivíduo poderia ser condicionado a fobias. Ele estava certo de que tal empreendimento científico comprovaria sua hipótese provisória, *em si*. Ciente de que a pesquisa científica é necessária e a única forma de conhecer como funciona a natureza, armado com o método vigente à época, organizou as etapas da pesquisa e selecionou tudo que era relevante ao escrutínio científico, o que lhe permitiu, depois, obter o aspecto favorável científico e social. Unindo liberdade, inteligência e método ao exercício da prática científica, o pesquisador seguiu os passos seguintes da investigação de modo inteiramente original, não se esquecendo da ideia fundamental da busca em ciência: conhecer e entender como as leis da natureza funcionam. O resultado da pesquisa foi estimulante, já que opiniões dos pares não só comprovariam a validade da pesquisa, como poderiam contribuir de maneira consistente ao processo educacional das gerações vindouras, possibilitando inclusive que as autoridades públicas concatenassem esforço e capital para uma educação com bases científicas, já que, conhecendo os fatores que causam as fobias das pessoas, poderiam erradicá-las. No que se refere à pesquisa acima, a inteligência, valor da intenção, do método científico restou assegurado de que as fobias podem ser produzidas pelo contexto. Assim, o ponto mais alto do empreendimento foi seu sucesso científico.

Aquele foi o modelo paradigmático da prática científica e, como se vê, estava claramente dentro dos parâmetros, tanto que foi admitido como produto da ciência. O engano não estava nas intenções, sequer no resultado, mas na escolha do participante e na forma com que os estudos foram dirigidos. Eles foram realizados em uma criança que tinha um pouco mais de um ano de idade, conhecida hoje como “o pequeno Albert”. Depois de colocá-la perto de ratos, o que levava a criança a brincar com aquelas criaturas, o pesquisador “responsável” produzia um som tão alto às costas de Albert que provocava incômodo e choro; assim, todas as vezes que o menino tocava o rato o enorme barulho se repetia. Estes testes foram ininterruptos e sem o menor cuidado, até que, mesmo sem o som, ao primeiro sinal do mamífero roedor, Albert demonstrava medo. Foi sob a crença de que o avanço da ciência exige sacrifícios que os abusos éticos começaram. Watson estava tão convicto de que era perfeitamente legítimo expor a criança a uma série de situações monstruosas somente para despertar o medo dela e, assim, comprovar sua hipótese, que não mediu esforços, pouco se importando com seu participante, naquela quadra do

tempo “objeto de estudo”. Aliás, o vocábulo “objeto” se encaixa perfeitamente na condição do “pequeno Albert”, que ganhou a forma de coisa e, portanto, podia ser retirado de sua condição humana e reduzido a um objeto. Ao final, comprovada sua teoria à época – que hoje é questionada –, restou para Watson (e todos que seguem sua atitude) que sua obra era válida, dando-lhe fama e seguidores que acreditaram que os fins justificam os meios. E quanto ao “coisificado” Albert? Decerto que para Watson suas sequelas justificavam o experimento, já que, enquanto coisa, estava ali para dar apoio à pesquisa.

Em 1939, Wendell Johnson pretendia investigar como a reprodução de sons e sílabas era influenciada por avaliações positivas e negativas. E nada foi negligenciado do método científico à época. A hipótese provisória, se comprovada, traria benefícios diretos para a sociedade, pois os efeitos da pesquisa haveriam de moldar hábitos e comportamentos das pessoas. Como no caso do pequeno Albert, tal experimento gozava de liberdade, inteligência e comprometimento científico com a busca da verdade em si. A problemática, mais uma vez, recaía na questão ética. Johnson coisificou (e este verbo é adequado aqui) crianças órfãs para realizar seu experimento científico, estimulando crianças aparentemente saudáveis a serem cotidianamente tratadas como se tivessem problema de gagueira, e, igualmente, fazendo o inverso com as que tinham um problema neurológico. A bem da verdade, ele não sabia deste dado científico, mas nada era mais significativo do que contribuir com o progresso das ciências, independentemente do custo humano. Ao final da pesquisa, as crianças foram deixadas como coisas. O importante para a comunidade científica da época era que a continuada pesquisa científica estivesse obedecendo aos padrões referenciais de si, e, graças ao esforço de pesquisadores, a humanidade ganhava domínio sobre os segredos da natureza humana.

Nos últimos anos, diversas pesquisas das áreas de ciências humanas têm se dirigido a comunidades urbanas organizadas com o intuito louvável de se debruçar sobre aspectos relevantes para investigações. Apesar da estrutura interna e serviços públicos, muitas ficam aquém das suas reais necessidades e desassistidas por políticas públicas e segurança, como fenômeno da construção social da realidade, precisando ser estudadas para que o conhecimento descoberto se transforme em ações políticas visando sanar as particularidades que nascem e se consolidam por ausência de ingerências. Não se deve desconsiderar que, como *topos* da ação humana, elas precisam ser interpretadas como espaços humanos. Ademais, seus moradores têm o direito à tranquilidade, o que só ocorrerá com a identificação dos problemas. A despeito da alta relevância dos estudos, assiste-se, nos últimos anos, a um recrudescimento das comunidades em conceder autorização para que novos empreendimentos científicos aconteçam. De acordo com testemunhas de usuários e moradores, pesquisadores não têm cumprido suas promessas. No pretexto de que a pesquisa se reveste da obtenção de dados para municiar as autoridades na confecção de políticas públicas para os locais em análise, o que traria benefícios diretos à comunidade, uma vez conseguidos tais dados, os pesquisadores abandonam os partícipes da investigação à própria sorte, sequer comunicando o resultado da empreitada. Este tipo de atitude tem promovido um sentimento de

indignação, pois, sendo vistas como coisas que podem ser descartadas, as comunidades optam por não concederem outros acessos. Tais populações desejam um engajamento construtivo por parte dos pesquisadores que vão ali buscar dados para sua pesquisa, afinal, vivendo insatisfeitos com o poder público, que não tem feito quase nada em suas comunidades, com os empreendimentos científicos abriu-se certo número de esperança de que os resultados da investigação trouxessem transformações sociais. Afinal, no momento em que solicitaram a permissão de transitar na comunidade, certas promessas foram feitas, o que gerou um laço de confiança entre as partes acordadas.

A viagem para as comunidades tem uma fronteira clara, o aceite da própria comunidade. Sem ele o pesquisador fica impedido de acesso. A bem da verdade, na procura por dados para suas dissertações e doutorados, o que agrega valor aos currículos pessoais dos investigadores, estes não têm atendido às exigências éticas que assumiram com as comunidades. Portanto, uma vez terminada a pesquisa, esta serve apenas para si. A lógica não é encontrar um produto que tenha eficácia social, mas um acréscimo no Lattes. Assim, navegam para dentro das diversas formas de comunidades sem se comprometerem realmente com os participantes das pesquisas, trafegando na superfície da consciência ética. Nesse sentido, percebe-se claramente que não havia a responsabilidade do pesquisador com a dignidade dos participantes. E para coroar seu sucesso, tais como os antigos navegadores que invadiam terras já possuídas por outrem, ainda dizem que realizaram descobertas. E há quem acredite no imaginário fictício de que a conquista da “verdade” exige sacrifícios, desde que sejam, sempre, de outros!

A maioria das pessoas não se vê envolvida nas discussões éticas acerca dos procedimentos científicos dos pesquisadores, muito menos dos aspectos éticos que recaem sobre seu exercício profissional. Não há dúvida de que o segundo ponto aludido transcende o fórum subjetivo do próprio cientista, visto que sua prática científica, quando secundariza os aspectos éticos, anuncia o rompimento com o pressuposto que fundamenta a convivência cívica: a dignidade da pessoa humana. Com o intuito de que erros perpetrados contra a espécie humana no passado não ocorram no presente, foram criados comitês de ética em pesquisa envolvendo seres humanos (CEP) para garantir tão somente que não sejam infligidos danos aos participantes das pesquisas científicas, pois, dentre as atribuições do Estado, está a proteção da dignidade. Aliás, esta é a missão principal do CEP. Para cumprir o referido desiderato, é preciso que o Comitê analise os protocolos das pesquisas, mas só sob o ponto de vista ético, a fim de que fiquem assegurados “os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado” (RESOLUÇÃO 466/2012). Deste modo, a única orientação do CEP é afiançar a proteção da dignidade, não permitindo que a busca do conhecimento em si promova o desrespeito ao que se propõe resguardar.

A história das pesquisas científicas denota que a opinião pública¹ debata sobre práticas científicas que podem, ocasionalmente, ser prejudiciais ao princípio da dignidade. E nada poderia ser mais desolador para a espécie humana do que saber que a sorte do participante da pesquisa está à deriva da agenda dos interesses do pesquisador. O controle social visa dar um passo adiante, exigindo uma tomada de consciência cada vez mais pontual do investigador, motivo pelo qual o controle tem sido eficaz em mostrar os equívocos éticos dos protocolos, apontando que toda investigação comprometida com a dignidade da pessoa humana segue livre para sua realização, porém, aquelas com óbices éticos precisam rever o processo de realização de seus Protocolos de Pesquisas. Ademais, o CEP tem uma atribuição pedagógica, na qual ensina que os mares das pesquisas científicas são ilimitados, desde que se preserve a dignidade dos participantes. A pesquisa em seres humanos exige algo mais do que o puro tecnicismo: demanda comprometimento com a evolução humana, deixando claro que pesquisa livre é aquela que cuida do outro, que possui uma obrigação mútua com os direitos e deveres dos participantes e pesquisadores.

O Brasil acadêmico vive sob o princípio do “publique ou pereça” há tempos; princípio este que aumentou consideravelmente quando as agências concentraram suas diminutas receitas para financiar tão somente aqueles que tenham muitas publicações. Assim como o conhecimento de terras além do Atlântico modificou substancialmente a figura do marujo, criando o navegador, tais medidas propiciaram a criação do tipo social denominado pesquisador científico. Se antes as pesquisas em solo nacional eram implementadas por professores que fundaram as pós-graduações no final dos anos 1950 e 1960, na vintena do século XXI temos protocolos submetidos ao CEP por estudantes de graduação que mal formaram seu treinamento básico e não dominam a área em que esperam se formar um dia. Como na Modernidade, o tipo social foi uma construção das instituições que circundam os discentes e formam as convenções que os condicionam à pesquisa, ainda que muitos se revelem no decurso do tempo sem motivação para este exercício.

A partir do momento em que a razão instrumental se associou ao mercado, e as ciências passaram a ser os instrumentos através dos quais o mercado manipula a natureza e o homem, como bem apontou Max Horkheimer (2002), as instituições de ensino superior abraçaram a ideia de que o profissional acadêmico teria seu valor reconhecido pelo número cada vez maior de publicações em artigos de revistas de impacto

¹ Aqui, é fundamental que se coloque que “os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes”, formados, portanto, por profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

universitário. Esta afirmação pode ser simplista e injusta, afinal de contas, sabe-se que uma significativa parte das publicações é fruto de estudos sérios e profundos, voltados para o espírito galileano e não para preencher o Lattes. Porém, os bons pesquisadores e comprometidos com o respeito à dignidade do outro, certamente não se incomodarão com tal juízo, pois sabem do valor do seu trabalho. Todavia, foi na crença de que teriam o mesmo *status* que muitos jovens pesquisadores foram seduzidos ao perfil daquele investigador e abraçaram o novo tipo social. O ponto fundamental é que a boa prática científica continuará ao lado de outras que não se atentam ao princípio fulcral da Magna Carta brasileira. E tais contribuições irão ocorrer independentemente do controle social; no entanto, o CEP se esforça na missão de que até estas devem ser canalizadas para a produção do conhecimento com engajamento ético, motivo pelo qual, malgrado a justa reflexão ética por parte do pesquisador, a ética não será refém dos resultados científicos.

Uma tendência momentânea tem reivindicado espaço a partir das ações do CEP sob o intento de garantir a primeira lei que se impõe à pesquisa científica envolvendo seres humanos: que os CEPs são colegiados controlados por profissionais das áreas de biomédicas com o interesse claro de prejudicar as pesquisas nas áreas de ciências sociais. Ao contrário, o CEP, cumprindo sua atribuição mais original e singular, acabou protegendo e amparando o pesquisador que não tinha uma dimensão dos riscos e danos que, porventura, poderia ter causado ao participante. Foi assim que o CEP compreendeu que muitas críticas ao Sistema CEP/CONEP são indevidas e até simplórias, como se as exigências documentais (a que todos os protocolos devem atender, sem exceção para áreas) tivessem o objetivo de atrapalhar certas áreas de pesquisas. A famosa expressão de que o CEP é uma instância burocrática, que, sob o pretexto de exigir documentos, age como se fosse um cartório para os protocolos das áreas de humanas, é injusta, visto que este expediente atinge todos os protocolos, indistintamente. Decerto que a boa crítica à incapacidade técnica de membros de julgarem de modo qualificativo certas áreas de humanas merece crédito e análise. Evidente que um colegiado de leigos não tem a tecnicidade para um devido exame das partes constituintes de um determinado protocolo. Todavia, a formação do colegiado é interdisciplinar, tendo professores pesquisadores das diversas áreas. Ademais, a análise dos Protocolos obedece às regras das resoluções vigentes e públicas, voltando-se apenas às questões éticas e controversas, quando estas ocorrem. Além disto, em várias situações o CEP pode solicitar um consultor *ad hoc*, o que mostra que, em alguns casos, tais críticas parecem suscitar um sentimento de suspeição, como se por trás de cada colegiado houvesse um conspirador articulado em promover as ciências biomédicas e, igualmente, prejudicar as ciências humanas com uma análise mais rigorosa, usando o pretexto de que são desqualificados cientificamente para avaliar protocolos das humanidades. Nesses termos, quem parece ter intenções maléficas e anticientíficas não são os membros do CEP, visto que o objetivo embrulhado nas críticas é de que os protocolos das ciências humanas não sejam avaliados pelo Sistema CEP/CONEP ou, então, que haja um CEP exclusivo para cada área.

Ao seguirem a interpretação dos fatos como se fossem vítimas de um sistema que, aos seus olhos, está ali para apresentar óbices, tais pesquisadores se colocam como os únicos capazes de julgar a si como vítimas. E pouco importa se conseguiram ou conseguirão ser avaliados tão somente por um CEP cuja maioria dos integrantes seja do campo de humanas; acusam tais membros de anticientíficos e inábeis para proceder o exame de protocolo. Nesse viés, o que resta a estes é sempre o expediente de se colocar como vítimas de alguma conspiração e, em seguida, apontar o encaminhamento de que a única saída é a não sujeição dos protocolos por um CEP das áreas de biomédicas; gerando a queixa de que são desprezados por entes desqualificados sumariamente.

Quanto à criação de unidades do CEP formado por profissionais de humanas, voltados exclusivamente para o julgamento de protocolos destas áreas, parece ser um retrocesso às plenárias interdisciplinares, inclusive com a participação dos usuários, que representam a sociedade. Sendo a maior parte de seus membros formada nitidamente por profissionais que fazem pesquisas em suas respectivas esferas de saber, tais encontros têm possibilitado uma autocrítica das próprias práticas de seus membros, que, perscrutando os conceitos, objetivos, metodologias e tendo a preocupação de preservar o direito à dignidade do participante, estão se tornando cada vez mais sensíveis de que o progresso das ciências e o avanço da tecnologia não têm sentido sem engajamento ético. Todavia, com referência à dupla queixa daqueles pesquisadores, compreende-se que tal estratégia não é vista como uma saída original, pois o CONEP não fará empecilho à criação de outros CEP, desde que atendam às recomendações e leis vigentes, tendo membros de outras áreas. Aliás, as áreas biomédicas aceitaram muito bem a chegada de outras perspectivas, vistas como colaboradoras para engrandecer a reflexão e superar os preconceitos. Então, mesmo que saiam do Sistema CEP/CONEP e possam, enfim, julgar a si próprios, aconselha-se que não caiam na fábula de Narciso e consintam que haja algum tipo de controle externo, ainda que seja sem a participação de profissionais de outras áreas; ainda que seja com eles em menor número, já que, conhecendo a história da humanidade e sua predisposição para cometer o mesmo erro várias vezes, não deixa de ser perigosa a ideia de pessoas que julgam a si mesmas em detrimento das demais. De acordo com Martin Buber (2001), o verdadeiro diálogo só acontece em duas consciências que querem realmente se comunicar. Ademais, vivendo dentro do pacto do Estado democrático de direito, o controle externo faz parte do direito do cidadão de participar na condução dos negócios públicos (e as ciências são de interesse coletivo). A participação do cidadão é como a luz do sol, mas, para quem alimenta a desconfiança de outrem, não resta outra coisa senão imaginar que os outros estão visando seus próprios interesses; nessa perspectiva, por que eu deveria ter freios éticos com o que me ameaça? Nessa pergunta, há o olvido das experiências pretéritas, que tantas vezes violaram diretamente a dignidade humana.

Conclusão

Decerto que o CEP não está isento de críticas, como no caso da não implementação das gradações de riscos dos protocolos para sua tramitação mais eficiente, ou a identificação de quais são os tipos de danos e abusos cometidos por pesquisadores para envio ao Legislativo com o intuito de tipificá-los nas leis. Entretanto, é um erro gritante e, talvez, injusto e imprudente quebrar as portas dos problemas específicos que podem ser superados com diálogo aberto às pluralidades das investigações. Os pesquisadores das ciências das humanidades devem ter cuidado com suas ações para derrubar as portas do CEP. Afinal, se eles são profissionais responsáveis e conscientes, não carecendo de controle externo em suas atividades científicas, por isonomia, os laboratórios farmacêuticos possuem profissionais com as mesmas qualidades. E como a discussão se trata de ética prática, nos dois casos há pouco a distinguir, e nada impede que tais empresas tenham seu próprio comitê de ética em pesquisas envolvendo seres humanos. A bem da verdade, o caminho para um acordo é encontrado no diálogo e não na exclusão de outrem.

Diante do exposto, todo o atrativo das ciências de que o conhecimento deve continuar se desenvolvendo por meio de preceitos próprios de suas práticas, trouxe uma série de abusos cometidos contra a humanidade; e, com o desígnio de diminuir eventos desta monta, o controle externo veio garantir que a pesquisa continue, desde que respeite a dignidade da pessoa humana. É por isso que o exercício da atividade científica não deveria ficar sem o controle social, que, mais uma vez deve ser afirmado, visa garantir direitos e deveres dos participantes e pesquisadores, pois, vivendo entre homens, nada que seja produzido por eles deve ser estranho aos humanos. Infelizmente, a história da humanidade parece regida por um egoísmo silencioso que só espera uma oportunidade para se manifestar. E se as ciências, sejam as biomédicas, sejam as de humanidades, transformam participantes das investigações em sujeitos e objetos de seus experimentos, por suas especificidades científicas, então não restará muita coisa para fazer com as sobras das pesquisas.

Ao final, lembrando das advertências de Paz (2017, p. 89), como a de que “o mercado é um mecanismo eficaz, mas, como todos os mecanismos, não tem consciência e tampouco misericórdia”, não importam as controvérsias geradas pelos Golias e “Sauis”, tampouco as posições de Davi; o Estado democrático de direito se alicerça no pressuposto de que a dignidade da pessoa humana deve ser respeitada. Assim, os pesquisadores responsáveis não podem pedir que a ética fique refém dos empreendimentos científicos. Não se trata de uma discussão acalorada saber se os pesquisadores estão ou não realizando suas pesquisas com base em seu senso subjetivo de justiça, mas sim de que eles obedeçam ao que foi e é determinado pela Magna Carta.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, A. T. *Samuel In BÍBLIA*. Português. Bíblia Sagrada (King James Atualizada): Tradução sob direção da Sociedade Bíblia Ibero-Americana & Abba Press no Brasil. São Paulo: Abba Press, 2012.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3> > Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2fmmKeD> >. Acesso em: 20 jun. 2016.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. São Paulo: Centauro, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri: Taurus, 1987a.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa II - Crítica de la razón funcionalista*. Madri: Taurus, 1987b.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: D. Quixote, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou, A matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Ícone, 2008.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: edições 70, 2007.

LEÃO, E. C. *Aprendendo a pensar*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Editora 34, 2017.

PAZ, Octavio. *A busca do presente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2017.

Recebido em: 09 de maio de 2022.
Aprovado em: 20 de novembro de 2022.